

AS ILHAS, OS ARQUIVOS E A HISTÓRIA

o caso dos Açores*

por

Avelino de Freitas de Meneses**

1. Nos Açores, a força da geografia define o carácter da história, que evidencia expressões bem diferenciadas. Por um lado, as ilhas agem como meio de aproximação dos continentes, equivalendo a um sinónimo de universalidade, que resulta de um privilegiado posicionamento no Atlântico Norte, movido pelo determinismo do mar e pelas condições da navegação à vela. Por outro lado, as ilhas figuram como factor de cristalização de comportamentos, correspondendo a um sinónimo de isolamento, motivado pelo afastamento do mundo e pela descontinuidade territorial interna. Nestas circunstâncias, os planos insulares de pesquisa histórica primam naturalmente pela pluralidade dos objectivos. Assim, demonstram uma participação muito activa na construção do mundo atlântico, que obriga à integração das investigações açorianas nas categorias mais universais do saber, mas aconselham também à realização de estudos de incidência local, conducentes à individualização de idiossincracias, que derivam da divisão do arquipélago em nove parcelas muito desiguais.

Em 1979, por altura da publicação do seu livro *O Arquipélago dos Açores no Século XVII: aspectos sócio-económicos (1575 - 1675)*, Maria Olímpia da Rocha Gil reconhece precisamente a indispensabilidade do

* Na generalidade, este artigo corresponde à publicação da comunicação que apresentamos na cidade da Horta, ilha do Faial, em Setembro de 1999, no âmbito do Seminário Internacional “Arquivos e Documentação Insular”, organizado pela Biblioteca Pública e Arquivo da Horta e pelo Núcleo Cultural da Horta. Porém, sempre acrescem algumas considerações, resultantes da análise de legislação mais recente.

** Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores.

desenvolvimento da investigação histórica açoriana de acordo com duas linhas ao mesmo tempo dissemelhantes e convergentes: “... em primeiro, aquela que nos leva a considerar que a história do arquipélago se integra no longo processo da história do Atlântico; em segundo lugar, a que se orienta para o estudo da evolução histórica local tendo em conta as características que lhe são próprias”.¹ No entanto, desde tempos quase imemoriais, diversos cronistas e historiadores evidenciam um entendimento muito semelhante, que certifica a complexidade dos estudos históricos insulares. A comprová-lo, atentemos nas *Saudades da Terra* do Doutor Gaspar Frutuoso, redigidas logo no termo do século XVI, que relevam de uma assentada as especificidades locais, as correlações com os demais arquipélagos da Macaronésia e o envolvimento nas dinâmicas do Atlântico.

Ao longo dos séculos, gerações sucessivas desenvolvem com pertinácia estudos históricos de referência insular, hoje traduzidos na identificação de um rico acervo de bibliografia. Porém, persistem ainda muitas carências, que demandam uma ponderação colectiva, porque o desenvolvimento da historiografia hodierna deriva cada vez menos do mero somatório de iniciativas individuais, forçosamente muito descoordenadas. Independentemente da diferenciação das estratégias de acção, o principal procedimento consiste sempre numa exploração mais sistemática de acervos documentais depositados numa multiplicidade de arquivos.

A documentação histórica imprescindível à recuperação do passado insular encontra-se muito repartida por uma grande diversidade de depósitos, localizados no arquipélago, no país e no estrangeiro. Esta considerável disseminação documental, que deriva como é natural dos condicionismos histórico-geográficos já enunciados, implica um esforço de investigação plural, porque necessariamente desenvolvido em localidades bem distintas. Daí, o interesse dos historiadores açorianos pela discussão da problemática dos arquivos, pois a dispersão dos documentos determina a multiplicação das dificuldades, que exige a procura de meios de superação. Por acréscimo, a salvaguarda do aprofundamento e da continuidade do diálogo entre técnicos de arquivística e profissionais da história constitui uma importante via de entendimento e resolução de incertezas mútuas.

¹ Maria Olímpia da Rocha Gil, *O Arquipélago dos Açores no século XVII: aspectos sócio-económicos (1575-1675)*, Castelo Branco, 1979, p. 5.

2. Os arquivos são por excelência os laboratórios da História. De facto, equivalem às fontes da originalidade e do acréscimo dos saberes que, por obra da metodologia e da reflexão, resultam na produção de Ciência. Daí, a necessidade do desempenho cabal de todas as suas funções. Entre elas, avultam a recolha, a preservação e o tratamento da documentação, indispensáveis ao cumprimento de um propósito ainda superior, isto é, a facilidade da consulta pública. Na realidade, só a observância de todas estas obrigações corresponde à celebração de um verdadeiro compromisso de conservação em utilidade de uma herança cultural de valor inestimável, constituída pelos acervos documentais que transportam a individualidade dos povos.

No passado, a deterioração da natureza e a insensibilidade dos homens motivam a perda de muita documentação. No presente, em vez do lamento das fontes históricas irrecuperáveis, importa a valorização dos documentos em depósito, ainda muito ricos e abundantes, que demandam por uma conveniente divulgação. Ademais, releva a execução de uma política de incorporação de novos acervos, fruto da complexificação administrativa da contemporaneidade, mas também do alargamento do âmbito da própria História, que cada vez mais se transforma em verdadeira ciência do presente.

Nos Açores, muitos dos arquivos ainda constituem uma espécie de depósitos informes de papel velho, em perfeita consonância com uma expressão sugestivamente utilizada por Miriam Halpern Pereira, quando intenta uma caracterização das instituições arquivísticas portuguesas, em comunicação apresentada ao Colóquio sobre as Fontes de História Contemporânea Portuguesa, que decorre na cidade de Lisboa no mês de Outubro de 1984².

Na génese de tão deplorável situação, identificamos duas dificuldades maiores: a falta de espaço, que clama por diligências oficiais e particulares, e a insuficiência da inventariação, que aguarda por meios técnicos e humanos. A falta de espaço impede a incorporação de muitos núcleos documentais, que permanecem em depósitos inapropriados, à guarda

² Miriam Halpern Pereira, “Por uma articulação entre a política arquivística e a investigação histórica”, in Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira (coord.), *Arquivo e Historiografia. Colóquio sobre as Fontes de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 35.

de agentes impreparados, isto é, à mercê de uma deterioração inevitável e até de um desaparecimento eventual. Além disso, a carência de instalações dificulta o esboço de programas de extensão cultural, que demonstrem a utilidade social dos arquivos, indispensável à obtenção do apoio dos poderes públicos e do assentimento das forças comunitárias. A insuficiência da inventariação obsta ao aproveitamento de toda a documentação, pelo que embaraça a investigação. Assim, persiste muito naturalmente um sensível desfasamento entre a procura e a acessibilidade das fontes. Por isso, a descoberta de novos documentos ainda equivale a um acto de paciência que, por inexistência de instrumentos de descrição, demanda mais o empenho pessoal do que a competência profissional dos técnicos de arquivística. Nestas circunstâncias, muitos arquivos açorianos não asseguram em continuidade o domínio público da documentação histórica.

Às dificuldades herdadas do passado, ainda crescem novos desafios, que reclamam por uma ponderação colectiva. Entre eles, identificamos as problemáticas respeitantes às fontes orais e às novas tecnologias. O tratamento das fontes orais, de extrema importância para a redacção da história contemporânea, exige uma diligência sistemática de recolha e de preservação, porventura imputável aos arquivos, embora talvez dependente da reunião de meios humanos e de capacidade técnica indispensáveis. A utilização das novas tecnologias facilita, como se sabe, a ordenação e a circulação das informações. Porém, suscita uma pluralidade de interrogações, que carece de um devido esclarecimento. Em primeiro lugar, importa a averiguação das disponibilidades tecnológicas, cuja eventual insuficiência obriga a um esforço de investimento. Depois, releva a urgência da avaliação da durabilidade dos novos meios disponibilizados pela técnica, imprescindível na tomada de todas as decisões. Neste caso, as vantagens da compactação e da difusão do conhecimento demandam, entretanto, a segurança da conservação, para obviar à perda de mais dados. Finalmente, avulta a indispensabilidade de uma profunda reflexão sobre o destino dos documentos originais, em acréscimo exponencial por força da burocratização hodierna. Por um lado, a informatização preserva os acervos documentais do desgaste da consulta, constituindo uma garantia de transmissão aos vindouros. Todavia, em matéria de arquivos, a preocupação da recolha de quase tudo resulta de ordinário na conservação de quase nada. Assim, a impossibilidade da arrumação de todos os núcleos e a diversidade do valor cultural da generalidade dos fundos recomendam

uma diligência de selecção, que implica um diálogo interdisciplinar. Com efeito, uma tarefa de tamanha responsabilidade ultrapassa a capacidade de apreciação dos arquivistas. No mínimo, obriga à participação dos historiadores, por tradição os principais frequentadores dos arquivos. Porém, a diversificação da utilidade da documentação, que traz às instituições arquivísticas um novo público, caracterizado pela pluralidade da formação académica, até exige a constituição de equipas multidisciplinares de especialistas, mais capazes de ponderarem a utilidade múltipla da documentação.

3. Os arquivos dos Açores não são apenas as instituições regionais, isto é, as Bibliotecas Públicas e Arquivos de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, que se acham na directa dependência do Governo Regional dos Açores. Com efeito, em tal categoria, cabem igualmente muitos outros organismos de depósito de documentos, disseminados por inúmeras localidades de todas as ilhas, que arrecadam acervos também ricos e abundantes. No entanto, de certa forma, são ainda arquivos dos Açores diversas instituições nacionais, que não se acham exclusivamente sediadas em Lisboa, onde evidentemente sobressai uma maior concentração documental, motivada pela dinâmica administrativa da capital e pelo bulício comercial do porto. Ademais, são vários os organismos estrangeiros, sobretudo da Europa atlântica e do Novo Mundo, que funcionam como extensões dos arquivos dos Açores, reunindo importantes vestígios da mundividência insular. A título de exemplo, na vertente europeia, relembremos a importância dos arquivos de Espanha, ditada pela similitude das experiências ultramarinas e por mais de meio século de união política, do Vaticano, pela influência do poder eclesiástico, e do mar do Norte, por força da correspondência mercantil. Do mesmo modo, na dimensão americana, avulta a relevância de um significativo conjunto de arquivos, disseminados por uma vasta extensão, desde a embocadura do rio da Prata, nos confins do Brasil idealizado por Portugal na 2ª metade do século XVII, até à costa da Terra Nova, paradeiro eventual de marítimos que zarpam do arquipélago desde a 2ª metade do século XV.

Nos Açores, uma multiplicidade de questões rodeia a problemática dos arquivos, lesando o resguardo e o aproveitamento da documentação. Nas instituições juridicamente regionais, a saber as Bibliotecas Públicas e Arquivos de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, a insuficiência

dos meios reverte em restrições de funcionamento, esporadicamente ainda resultantes de atitudes mentais anquilosadas, que dificultam a circulação da cultura, própria da sociedade da informação³. Porém, o maior cuidado recai sobre as instituições arquivísticas periféricas, pertencentes a municípios, misericórdias, paróquias, empresas e particulares, todas elas dotadas de um regime legal de autonomia, que dificulta o controlo público das existências, normalmente ricas e abundantes. Nestes casos, ainda cremos que a insensibilidade e o desleixo ameaçam a transmissão ao futuro de uma herança cultural do passado. A gravidade das circunstâncias demanda um esforço de regulamentação, cuja iniciativa compete obrigatoriamente ao poder político regional, de quem se espera uma postura de permanente diálogo, que não exclua um procedimento de maior firmeza em caso de necessidade. Por fim, em referência aos acervos documentais depositados fora do arquipélago, a difusão das novas tecnologias facilita uma tarefa urgente de levantamento de fontes, cuja aquisição e disponibilização em suporte audiovisual ou informático constitui um imperativo oficial, eventualmente imputável aos arquivos açorianos, entretanto ditado pelo estímulo da investigação.

A organização dos arquivos açorianos exige o cumprimento de uma política regional, cuja definição incumbe às entidades públicas que tutelam os assuntos da cultura. Porém, a averiguação dos factos denota uma ausência de estratégia, decerto resultante da inação de muitos governos e

³ Em “Nota Prévia” a Vanda Belém (coord.), *Guia dos Fundos da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo*, Angra do Heroísmo, 1999, publicado em comemoração do cinquentenário do arquivo angrése, Mariana Mesquita relata o estado deplorável da instituição, decerto semelhante ao dos demais arquivos regionais. A então directora refere que “... a Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo atravessa, presentemente, uma época muito difícil. Com o espaço totalmente esgotado, sem instalações que permitam guardar e preservar, de forma adequada, a documentação existente, que, entretanto, se vai amontoando onde é possível; sem sala de exposições, à qual nos vimos obrigados a recorrer para lá instalarmos o serviço de empréstimo da Biblioteca; sem número suficiente de técnicos; sem orçamento que viabilize sequer o que consideramos essencial; com todas estas carências, não tivemos possibilidade de comemorar as *bodas de ouro* do Arquivo com a dignidade que desejávamos e que a Instituição merece.” Pelo realce deste testemunho, não pretendemos propriamente equipará-lo a uma caracterização indiscutível dos arquivos regionais. Com efeito, desejamos apenas relevar a acção meritória da Dra. Mariana Mesquita na direcção da B. P. A. A. H., traduzida no apoio constante ao utilizador, que constitui a principal obrigação de um serviço público.

da inércia dos agentes culturais. A inação dos governos é talvez herdeira de um tempo antigo, quando o poder político evidencia suspeição por diversas problemáticas histórico-culturais. A inércia dos agentes culturais resulta porventura de uma longa separação, só recentemente quebrada por uma reflexão conjunta de arquivistas e historiadores, que clama por alargamento. Assim, o presente ainda herda uma conduta do passado, que deprecia a acção cultural, transformando a intervenção arquivística em prioridade restante.

A definição de uma política arquivística açoriana exige o estabelecimento de uma estrutura organizativa, que promova a salvaguarda do património documental, por intermédio de uma rede regional de arquivos. Na base de todos os procedimentos, avulta a necessidade de uma atitude de previdência e de uma postura de diálogo, imprescindíveis ao ajustamento da autonomia das instituições - as câmaras municipais, as misericórdias e a igreja - e da liberdade dos particulares - as empresas e as famílias - com os desideratos de garantia da recolha e da consulta dos documentos. Assim, evita-se o desaparecimento ou a deterioração de mais espécimes e confere-se à documentação a sua devida utilidade pública. O desenvolvimento de uma semelhante estratégia, que arrosta com embargos vários, inclusivamente de natureza jurídica, incumbe como é óbvio aos serviços de cultura do Governo Regional dos Açores. Nestas circunstâncias, cabe uma missão de grande responsabilidade aos arquivos directamente dependentes da tutela governamental. Com efeito, pertence-lhes uma função insuprível de modelo e de coordenação, justamente alcançada por uma reconhecida prática de cumprimento das missões essenciais de arrecadação, resguardo, tratamento e disponibilização dos acervos documentais. De facto, a valorização do documento na perspectiva do utilizador constitui a melhor propaganda do préstimo social dos arquivos, que facilita a multiplicação das incorporações e a consecução de um entendimento entre partes, que regule a defesa dos registos de outrora.

Em matéria de arquivos, a geografia e a tradição desaconselham uma política de concentração dos fundos documentais açorianos, recomendando mesmo uma prática de descentralização. Todavia, à estrutura de coordenação arquivística insular, compete sempre uma tarefa de articulação de organismos, sobretudo das instituições regionais, concretamente as Bibliotecas Públicas e Arquivos de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, com as entidades locais, por exemplo, as câmaras munici-

país, as misericórdias e os particulares. Além disso, à estrutura directiva regional incumbe necessariamente a criação de um núcleo de informação central. Só uma iniciativa deste género evita de ordinário a secundarização dos arquivos mais pequenos e periféricos, que não correspondem propriamente a um sinónimo de irrelevância, na óptica do seu devido aproveitamento pela historiografia.

Na organização dos arquivos, as necessidades dos utilizadores constituem obrigatoriamente um vector fundamental. Apesar da diversificação dos públicos, que tende nitidamente para o acréscimo, os historiadores ainda representam o principal corpo de investigadores, que desenvolve actividades de pesquisa documental. Por isso, as exigências da investigação histórica equivalem a um importante referencial de tratamento arquivístico corrente, que demanda um diálogo constante entre os técnicos dos arquivos e os profissionais da história, indispensável no processo de identificação das tarefas mais urgentes. No entanto, muito importa a distinção das funções de cada grupo, no sentido de evitar procedimentos prejudiciais de um passado ainda pouco distante, quando ocorrem tendências prejudiciais à organização dos arquivos e ao progresso da história. Entre elas, avulta o furor da transformação dos arquivistas em arremedo de historiadores, que força à conversão dos historiadores em espécie de arquivistas.

4. Na apreciação do estado dos arquivos açorianos, apesar da individualização de uma inequívoca desordem, não depreciamos de todo o esforço dos técnicos nem a apreensão das tutelas. Aliás, reconhecemos sinais de algum avanço nas instituições regionais, inclusivamente sensível em domínios bem determinantes, por exemplo, na melhoria das instalações e no progresso da inventariação.

No domínio das instalações, após anos de relativo impasse, a transferência da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada para o antigo Colégio dos Jesuítas, propositadamente adaptado para o efeito, representa uma considerável vantagem. De facto, a amplitude e a adequação do novo espaço facultam melhor a recolha e a conservação de acervos documentais, mas oxalá também facilitem o acesso do investigador às fontes, que constitui o principal meio da promoção cultural e científica. Do mesmo modo, o projecto de mudança de edifício da Biblioteca Pública e Arquivo da Horta corresponde a um bom presságio, que só reclama por celeridade. Nestas circunstâncias, resta a gritante insuficiência das acomodações da Biblioteca

Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, incapazes do acolhimento de uma biblioteca com patente de Depósito Legal, que não reverte em benefício público por falta de área de exposição, e de um arquivo muito extenso, porventura o maior do arquipélago, em consequência da tradicional concentração administrativa da cidade de Angra, que ostenta o título de capital das ilhas, antes da revolução liberal do 1º terço do século XIX. A possibilidade já aventada da divisão do organismo em dois: a biblioteca, em mudança para um novo espaço, e o arquivo, em permanência no Palácio Bettencourt, sempre constitui uma réstea de esperança.

No âmbito da inventariação, o acréscimo do corpo técnico das instituições regionais, fruto do consentimento político da Administração Pública e do esforço de formação da Universidade dos Açores, gera como é óbvio um correspondente progresso. Daí, a aparição de novos instrumentos de descrição documental, que melhor faculta o conhecimento dos fundos, em benefício da investigação científica. A publicação de um *Guia dos Fundos da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo*, inclusivamente apresentado na Horta, em Setembro de 1999, no decurso dos trabalhos do Seminário Internacional Arquivos e Documentação Insular, constitui um bom indício deste maior acesso à informação.

Em matéria de arquivos açorianos, as maiores preocupações ainda recaem em organismos periféricos, que arrecadam importantes núcleos de documentação. Na dependência de extensões da administração regional, de câmaras municipais, de misericórdias, de circunscrições eclesiásticas, de empresas e de famílias, estes acervos de manuscritos permanecem à margem de qualquer diligência oficial de protecção, dependentes da boa vontade de curiosos, que por vezes operam milagres de conservação, sem o devido reconhecimento institucional. Neste particular, só a actual iniciativa diocesana, tendente à salvaguarda do património, representa um intento louvável, cuja aferição aguarda por resultados mais concretos.

No seguimento da revolução portuguesa de 1974, a criação da Universidade e a institucionalização da Autonomia, que ocorrem em 1976, motivam um assinalável dinamismo cultural nos Açores. Todavia, a análise dos factos evidencia a relativa subalternização das bibliotecas e dos arquivos, que permanecem à margem do principal progresso. Daí, uma necessidade inadiável de investimento, mas sobretudo de programação, imprescindível à recuperação de um atraso insustentável, que molesta a defesa e a transmissão da cultura.

O principal obstáculo à defesa e à valorização do património documental reside, entretanto, na falta de um enquadramento legal, que defina convenientemente princípios e práticas de intervenção. Neste caso, a recente publicação do Decreto Regulamentar Regional nº 36/2000/A constitui uma efectiva desilusão, considerando o confronto das mais fundadas expectativas com os mais insignificantes resultados. Apesar de uma clara alusão à “política arquivística e biblioteconómica regional”, a suspeição da sua inexistência corresponde ao maior dos males. De facto, o diploma apenas altera a orgânica dos serviços externos da Direcção Regional da Cultura, onde as bibliotecas e os arquivos coexistem com uma multiplicidade de outros organismos bem distintos, nomeadamente os museus regionais e de ilha, as casas da cultura e o Centro de Estudos, Conservação e Restauro dos Açores. Ademais, o novo regulamento confere à função arquivística um carácter excessivamente técnico e até administrativo, que exclui o conselho e a participação dos restantes especialistas, de todo inaceitável à luz dos mais elementares requisitos científicos.

A falta de uma política arquivística regional não deriva certamente de uma gritante insensibilidade dos poderes públicos. Pelo contrário, decorre possivelmente de uma dificuldade de concepção, que logo prognostica o óbice da execução. Com efeito, a descontinuidade territorial, a autonomia das instituições e os direitos dos particulares dificultam o estabelecimento de uma harmonização de processos, que quase inevitavelmente ressalta a insuficiência dos meios e gera a conflitualidade das partes. Porém, a defesa e a transmissão da cultura açoriana justificam a assunção do risco de uma tentativa de ordenação mais geral.